

ATA DA TRIGÉSSIMA NOVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, na sala nº 328 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Glaucia Elaine de Paula, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Daelson Oliveira Viana, representante do suplente do Ministério da Justiça; Paulo Afonso Vieira Júnior, representante Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Coronel Eduardo da Silva, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; ausente justificadamente a representante titular da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da Sessão o Major PMSP, Ari Bezerra dos Santos, e servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta ata. A Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe, informou os assuntos da pauta, a saber: 1) autorização para conversão dos recursos estaduais (transferência voluntária) para aplicação direta (RS, PE e MG); 2) Discussão da minuta de Regimento Interno do CGFNPS; e 3) apreciação de 11 projetos municipais e de 15 projetos estaduais;

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, a Presidente anunciou ao Conselho a presença do representante de São Paulo, Major Ari, o qual prestará informações complementares no âmbito do projeto do Estado. O anúncio foi feito com antecedência, em razão de compromissos assumidos pelo Major, o que gerou a necessidade de seu retorno a sua Corporação, no final da tarde do dia em curso. Assim, face ao exposto, a Presidente consultou ao Colegiado se a Pauta poderia ser iniciada pelo projeto em questão. E com a concordância dos Conselheiros foi concedida a palavra ao Major Ari, antes, porém o Técnico da SENASP, Major Santos, fez a apresentação dos aspectos gerais do projeto:

PROJETO			VALOR DO PROJETO (Concedente)		
UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
SP	002572/2006-09	Sistema Digital de Radiocomunicação para a Região de Sorocaba e expansão das regiões de São José dos Campos e Santos - Emenda Parlamentar	0,00	9.500.000,00	9.500.000,00

Na seqüência, o Major PMSP, Ari Bezerra dos Santos, informou que o projeto denominado “Integração das Comunicações Policiais” trata-se de uma ampliação do projeto aprovado no ano anterior pelo CGFNPS e tem por objetivo implementar um conjunto de ações que possibilite a aquisição de um sistema de radiocomunicação, visando a integração e a digitalização das comunicações dos Órgãos de Segurança Pública, a fim de contribuir ativamente na execução da política de combate ao crime, adotada pelos Governos Federal e Estadual por meio do Plano Nacional de Segurança Pública. Posteriormente, explicou o que é a digitalização das comunicações policiais, destacando também os seguintes aspectos: integração das comunicações policiais; atualização tecnológica; disponibilidade da informação; melhor desempenho das operações policiais; sigilo das operações – encriptação; preservação dos investimentos realizados; tempo de resposta das ações policiais e o aumento da segurança para os policiais e para a população. Dito isso, ressaltou a importância da comunicação e da informação como ferramentas fundamentais para o bom atendimento ao cidadão e no combate à criminalidade e explicou detalhadamente a composição sistêmica da comunicação no Estado, a saber: centros de operações

policiais; despacho de radiocomunicação; backbone microondas; telefonia emergencial; rádios transceptores; gravação digital; radiocomunicação digital padrão APCO 25. O Major Ari ressaltou, também, a abrangência policial a ser alcançada pelo projeto que atingirá os seguintes órgãos: a polícia militar, a polícia civil, a polícia militar rodoviária, a polícia técnico-científica, a polícia militar ambiental e o corpo de bombeiros. Neste contexto, relatou que em razão de setores estratégicos do Estado receberem equipamentos mais seguros, os equipamentos antigos serão remanejados para outras unidades que ainda não possuem rádios de comunicação em número suficiente. Finalmente, esclareceu que em termos territoriais, o alcance do projeto é o seguinte: Região: Sorocaba, Iperó, Araçoiaba da Serra, Votorantim, Alumínio, Mairinque, São Roque e Araçariguama; e Complementação de São José dos Campos, Caçapava, Jambéiro, Jacaré e Baixada Santista. Finda a exposição, o Conselheiro Daelson Oliveira Viana questionou quais os equipamentos serão adquiridos com o projeto. O Major Ari respondeu que serão estações repetidoras digital VHF, torres, gravadores, rádios, dentre outros. Ocasão em que explicou e tirou dúvidas dos Conselheiros Carlos Humberto de Oliveira, Cel. Eduardo da Silva e Paulo Afonso Vieira Júnior sobre os aspectos técnicos do projeto, exemplificando, ainda, as vantagens proporcionadas pelo sistema digital de comunicação. A Presidente da Sessão questionou como se deu a adoção da tecnologia APCO 25 pelo Estado. O Major Ari relatou que o estudo para a definição dessa Tecnologia foi iniciado em 1996, oportunidade na qual foram chamados os fornecedores de diversos locais para a discussão do tema, esclarecendo que o Estado recebeu também suporte da Fundação Atech, contudo coube ao Estado a definição final sobre o tipo de tecnologia que mais bem atenderia às suas necessidades. Após essa decisão, foi elaborado o edital de licitação, cuja empresa vencedora foi a que ofertou o menor preço. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior questionou se todos os recursos investidos em radiocomunicação no Estado de São Paulo eram provenientes do Fundo. O representante Estadual declarou que não, informando que o Estado tem feito investimentos nessa área com recursos próprios. Ainda sobre esse assunto, o Conselheiro Daelson Oliveira Viana informou que nos últimos anos o Estado, em termos de Fundo, vem priorizando projetos voltados para radiocomunicação. Após esses esclarecimentos, o projeto foi colocado em votação, tendo sido aprovado por unanimidade, contudo, o Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior solicitou que a SENASP oficiasse o Estado de São Paulo a fim de que este informe ao Colegiado sobre as futuras pretensões de investimentos com recursos do Fundo em radiocomunicação.

Dando prosseguimento, a Presidente da Sessão concedeu a palavra ao Conselheiro Daelson Oliveira Viana para a apresentação do ITEM 1, o qual recordou ao Colegiado que além dos Estados mencionados na reunião de 31/01/2006, os Estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e de Minas Gerais solicitaram a conversão de parte de suas respectivas cotas em aquisição direta de veículos, pelos mesmos motivos explicitados na mencionada reunião. Na seqüência, o Colegiado aprovou os pleitos por unanimidade.

No que concerne aos projetos municipais, a Técnica da SENASP, Joana Lima Andréia, apresentou os seguintes pleitos:

UF	PROJETO		VALOR DO PROJETO (concedente)			
	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Aquisição direta	Total / SENASP
Altamira/ PA	000744/2006-00	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais	174.109,10	120.650,00	156.600,00	451.359,10

Belford Roxo/ RJ	001362/2006-95	Treinamento, Capacitação e Reciclagem dos Profissionais da Guarda Municipal	151.930,00	7.600,00	192.000,00	351.530,00
Camaragibe/ PE	001374/2006-10	Modernização e Capacitação da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais	156.055,32	7.680,00	154.400,00	318.135,32
Cascavel / PR	001435/2006-49	Guarda Patrimonial Cidadã na Gestão da Segurança Pública e Defesa Civil de Cascavel	101.832,00	44.080,00	0,00	145.912,00
Campinas/ SP	002334/2006-13	Readequação da Academia da Guarda Municipal de Campinas	164.264,00	167.000,00	0,00	331.264,00
Caucaia/ CE	002871/2006-63	Modernização da Guarda Municipal de Caucaia	99.042,84	10.497,50	61.000,00	170.540,34
Juazeiro/ BA	001661/2006-20	Projeto de Redimensionamento Social da Guarda Municipal de Juazeiro	81.897,75	5.868,00	129.600,00	217.365,75
Porto Alegre/ RS	001923/2006-56	Modernização e Capacitação da Guarda Municipal e Prevenção Social à Violência	512.035,40	93.850,00	163.650,00	769.535,40
Santo André/ SP	000691/2006-19	Aplicação Parcial do Plano Municipal de Segurança de Santo André - Fase I	555.816,90	20.000,00	268.300,00	844.116,90
Teresópolis/ RJ	001700/2006-69	Plano Municipal de Prevenção à Violência e Reestruturação da Guarda Municipal de Teresópolis	91.029,53	8.629,60	28.600,00	128.259,13
Trindade/PE	001384/2006-55	Estruturação do Conselho de Segurança do Município	64.844,00	19.275,00	25.500,00	109.619,00

Os Projetos n^{os}. 000744/2006-00 (Altamira/PA), 001362/2006-2006-95 (Belford Roxo/RJ) e 001374/2006-10 (Camaragibe/PE) foram aprovados por unanimidade, sem a necessidade de registros especiais.

O Projeto n^o. 001435/2006-49 (Cascavel/PR) foi aprovado por unanimidade, sem objeções, contudo, a Presidente, reportando-se às oficinas de prevenção (colônia de férias; guarda amiga; projeto Zumbi, dentre outras) previstas no projeto, sugeriu que, no próximo exercício, fosse requerido aos municípios que no projeto básico seja explicitado o foco de cada uma das oficinas solicitadas.

O Projeto n^o. 002334/2006-13 (Campinas/SP) foi aprovado por unanimidade, sem objeções.

O Projeto n^o. 002871/2006-63 (Caucaia/CE) prevê dentre outras metas a confecção de folder e de cartilha, tal proposição foi alvo das seguintes manifestações: o Conselheiro Carlos Humberto de Oliveira declarou que os valores registrados no projeto estavam elevados, ressaltando que no projeto de Campinas/SP, anteriormente apreciado, tais gastos foram cotados, respectivamente, por R\$ 0,20 a unidade para 200 mil cópias e R\$ 0,40 a unidade para 159 mil cópias e que no projeto em análise, os valores previstos para os mesmos itens foi de R\$ 2,50 a unidade para 9 mil cópias e R\$ 5,00 a unidade para 5 mil cópias, respectivamente. A Presidente questionou se o Município havia apresentado a pesquisa de preço para esses serviços. A Técnica Joana informou que não. Dito isso, o Dr. Robson Robin propôs que as demais metas fossem aprovadas e que as três cotações a serem solicitadas fossem enviadas por e-mail aos Conselheiros para que estes deliberem sobre o assunto. Na seqüência, a Presidente consultou o Colegiado acerca do proposto e por unanimidade a sugestão foi acatada, ficando o projeto aprovado parcialmente.

O Projeto n^o. 001661/2006-20 (Juazeiro/BA) foi aprovado sem objeções.

O Projeto n^o. 001923/2006-56 (Porto Alegre/RS) não foi colocado em votação em razão das seguintes manifestações: o conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior alegou que em seu entendimento, o Fundo deve ser utilizado para financiar ações estratégicas e não o pagamento de diárias e de cursos como: Corel Draw, MapInfo, Power Point, Autocad, defesa pessoal, dentre outros. O Conselheiro Cel. Eduardo da Silva questionou a finalidade do Curso de Porteiro, bem como os critérios de definição desse público, que foi estimado em 175 pessoas. Nesse contexto, o Dr. Robson Robin explicou que existem estudos que comprovam que esse tipo de curso diminui a invasão de condomínios e o roubo de veículos. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior ponderou que o curso é importante, porém deveria ser financiado por outros meios, acrescentando que, no que concerne ao curso de ajuste e reforma de vestuário proposto, sua finalidade está mais para ensinar uma profissão do que para o foco da segurança pública. O Dr. Robson Robin explicou que os cursos de geração de emprego e renda não podem ser analisados de forma isolada porque estão inseridos em um contexto que está ligado ao viés da prevenção. Dito isso, a Presidente declarou que a segurança pública sofre influências de diversos segmentos da sociedade, porém nem por isso cabe a ela a solução direta de todos os problemas da comunidade, acrescentando que existem setores governamentais que recebem verbas específicas para atender demandas relacionadas com as questões sociais. O Conselheiro Carlos Humberto de Oliveira declarou que também compactuava com esse tipo de entendimento, ponderando que as competências dos Ministérios devem ser respeitadas. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior sugeriu que, oportunamente, o tema acerca das oficinas de prevenção seja colocado em pauta para uma melhor reflexão sobre o limite da prevenção. O Dr. Robson Robin declarou que em seu entendimento, as oficinas qualificam os recursos do Fundo, acrescentando que poderia convidar profissionais de outras searas e que são especialistas no assunto, para ampliar o conhecimento dos Conselheiros acerca do tema. A Presidente da Sessão alegou que esse tema exige uma ampla discussão porque envolve distribuição de competências de outros Ministérios, sugerindo que a SENASP desenvolvesse um estudo técnico a respeito do tema e, posteriormente, submetesse esse estudo ao Colegiado. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior ressaltou que poderia ser definido um prazo para isso, tendo em vista que essa questão tem sido alvo de constantes discussões no Conselho. A Presidente perguntou ao Dr. Robson Robin se seria possível estabelecer uma data. O Dr. Robson Robin declarou que o estudo poderá ser apresentado no início do próximo ano porque assim os novos projetos já viriam respaldados nesse estudo.

Os Projetos n^{os}. 000691/2006-19 (Santo André/SP) e 001700/2006-69 (Teresópolis/RJ) foram aprovados por unanimidade, sem a necessidade de registros especiais.

O Projeto n^o. 001384/2006-44 (Trindade/PE) trata-se de um projeto espontâneo, suspenso na reunião de 11/06/2006 em virtude de questionamentos feitos pelos Conselheiros sobre a inexistência de decreto referente à composição do conselho municipal, o que conseqüentemente lançava dúvidas quanto à viabilidade de liberação de recursos para equipar tal conselho. A Técnica da SENASP esclareceu que em face ao deliberado, o Município encaminhou à SENASP a documentação complementar, disponibilizando aos Conselheiros o decreto que institui o Conselho Municipal, bem como a justificativa do Prefeito acerca das necessidades do Município. Na análise desses documentos, foram feitas as seguintes observações: a) a Conselheira Glaucia Elaine de Paula observou que não há guarda municipal, mas que o Conselho estava sendo constituído, assim sendo, questionou a quem caberá o acompanhamento da política e das oficinas a serem implementadas. Neste momento, houve a intervenção do Dr. Robson Robin da Silva o qual explicou que no primeiro momento, caberá à Prefeitura acompanhar os resultados dessas ações, porque o incentivo da SENASP é no sentido de iniciar o processo. Acrescentou que o Município enfrenta graves problemas com a prostituição infantil e com o furto de caminhões, ocasionados em razão das instalações de fábricas de gesso no Município. A Presidente sugeriu que na prestação de contas do convênio fosse feita uma análise criteriosa quanto ao cumprimento do proposto. Nesse contexto, o Conselheiro Cel. Eduardo da Silva declarou que daria um voto de confiança ao Município, sugerindo que, nesse caso específico, fosse feito um controle mais eficaz, uma vez que num primeiro momento, não é possível medir a capacidade de execução do Município. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana informou que uma outra medida seria enviar ao Município um técnico da área de prevenção para avaliar o andamento do projeto. Dito isso, o Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior sugeriu que fosse consignado em ata que a SENASP, oportunamente, encaminhará ao Conselho o relatório técnico sobre a visita em questão. O Conselheiro Carlos Humberto Oliveira, reportando-se às oficinas também pleiteadas, alertou sobre a necessidade de se fazer um controle mais consistente de seus participantes. Após essas considerações, o projeto foi aprovado por unanimidade, ficando decidido que durante a execução do convênio, a SENASP solicitará ao Município o envio das listas de frequência de cada oficina e também enviará um técnico para avaliar a efetividade do projeto.

Findas as apresentações dos projetos municipais, a Presidente da Sessão declarou que para o encerramento da Pauta ainda faltava a apreciação de quatorze projetos estaduais e que alguns Conselheiros, em razão de compromissos, não podiam continuar na reunião muito além do horário. Assim sendo, propôs a realização de uma reunião extraordinária. O Colegiado concordou com a proposta, ficando agendada a reunião para o dia 09/11/2006. Após essas considerações, a Presidente encerrou a reunião às dezoito horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Glaucia Elaine de Paula
Presidente do Conselho Gestor
Ministério da Justiça

Ministério da Justiça

Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Procuradoria-Geral da República

DESPACHO

Certifico que o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública em sessão ordinária realizada no dia **06 de dezembro de 2007**, com a presença dos seguintes membros: Antônio Carlos Biscaia, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Presidente da Sessão; Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Humberto de Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República e Janer Tesch Hosken Alvarenga, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referendou, por unanimidade, as atas da 38ª, 39ª, 40ª e 41ª Reuniões Ordinárias e 13ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª Reuniões Extraordinárias referentes ao exercício de 2006.

ANTONIO CARLOS BISCAIA
Vice-Presidente do CGFNSP

SYLVIO DE ANDRADE JUNIOR
Ministério da Justiça

FELIPE DARUICH NETO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

CARLOS HUMBERTO DE OLIVEIRA
Casa Civil da Presidência da República

JANER TESCH HOSKEN
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência
da República